



**Estratégia**  
Concursos

**3° SIMULADO**

**TJ SC**

**TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR**



# Simulado Especial

## 3º Simulado TJ-SC

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-SC;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TJ-SC-Técnico-14-03-20>**

01 – A B C D E  
02 – A B C D E  
03 – A B C D E  
04 – A B C D E  
05 – A B C D E  
06 – A B C D E  
07 – A B C D E  
08 – A B C D E  
09 – A B C D E  
10 – A B C D E  
11 – A B C D E  
12 – A B C D E  
13 – A B C D E  
14 – A B C D E  
15 – A B C D E  
16 – A B C D E  
17 – A B C D E  
18 – A B C D E  
19 – A B C D E  
20 – A B C D E

21 – A B C D E  
22 – A B C D E  
23 – A B C D E  
24 – A B C D E  
25 – A B C D E  
26 – A B C D E  
27 – A B C D E  
28 – A B C D E  
29 – A B C D E  
30 – A B C D E  
31 – A B C D E  
32 – A B C D E  
33 – A B C D E  
34 – A B C D E  
35 – A B C D E  
36 – A B C D E  
37 – A B C D E  
38 – A B C D E  
39 – A B C D E  
40 – A B C D E

41 – A B C D E  
42 – A B C D E  
43 – A B C D E  
44 – A B C D E  
45 – A B C D E  
46 – A B C D E  
47 – A B C D E  
48 – A B C D E  
49 – A B C D E  
50 – A B C D E  
51 – A B C D E  
52 – A B C D E  
53 – A B C D E  
54 – A B C D E  
55 – A B C D E  
56 – A B C D E  
57 – A B C D E  
58 – A B C D E  
59 – A B C D E  
60 – A B C D E

**PORTUGUÊS****Hostil mundo novo**

Você já passou por isso. Nas últimas semanas, tenho sido torturado por computadores que ligam e desligam sozinhos, mouses travados, “reiniciações” lentas e outras deliciosas avarias. Ligo para o técnico e ele me instrui a ligar e desligar este ou aquele botão da torre, “usar o aplicativo” ou ficar de quatro, meter-me debaixo da mesa e desplugar tudo da parede, esperar cinco minutos e plugar de novo. Naturalmente, não dá certo.

Nem pode dar. Em jovem, sobrevivi aos zeros em matemática, física, estatística e outras ciências do diabo, e me concentrei apenas no que me interessava: português, história e línguas. Desde então, passei a vida profissional a bordo de um único veículo – a palavra. Com ela, tenho me virado em jornais, revistas, editoras de livros, rádios, TVs, auditórios, salas de aula e outros cenários onde a palavra seja chamada a dirimir dúvidas ou dinamitar certezas.

De repente, várias eras geológicas depois, em idade de não querer aprender mais nada, a tecnologia exige que eu me torne engenheiro eletrônico. Cada vez mais funções dispensam o papel, a ida pessoal ao banco ou a conversa “presencial”. Para reinstalar a internet no computador, tenho de ligar um cabo enfiado na televisão.

Desbloquear um cartão de crédito exige saber extrair uma raiz quadrada. A vida agora é online e cabe no bolso, mas, diante daquele inferno de teclas, plugues e botões sem sentido, pode-se perder tudo se digitar algo errado.

A tecnologia tornou o mundo hostil para os que não conseguem acompanhá-la. É verdade que ela não pode parar por causa de meia dúzia de macróbios incapazes de se atualizar. Acontece que, nós, os macróbios, não somos meia dúzia. Somos milhões e, graças à ciência e a nós mesmos, estamos ameaçados de viver até os cem anos. Pois, se for para chegar lá, que seja para continuar usando algo mais nobre do que apenas os polegares.

(Ruy Castro. Folha de S. Paulo. Disponível em:  
<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ruycastro/2018/10/hostil-mundo-novo.shtml>.)

**01.** Infere-se do texto que o autor:

- a) desmerece a tecnologia em detrimento da palavra.
- b) é profissional de uma área que prescinde da tecnologia.
- c) lida com a palavra como meio de vida, não com a internet.
- d) tem dificuldades de empregar a tecnologia, mas reconhece a necessidade.
- e) critica o uso da internet, cada vez mais difícil.

**02.** Os macróbios são:

- a) pessoas que entendem de computador, mesmo com idade avançada.

- b) situações em que se encontram pessoas que não entendem de computador.
- c) indivíduos não familiarizados com a tecnologia
- d) pessoas que trabalham com computador e tecnologia.
- e) indivíduos que acompanham as novidades da internet.

**03.** Muitas vezes a linguagem figurada é sugestiva para transmitir certo exagero. Marque a alternativa em que isso não ocorre.

- a) “a tecnologia exige que eu me torne engenheiro eletrônico” (3º parágrafo)
- b) “De repente, várias eras geológicas depois, em idade de não querer aprender mais nada” (3º parágrafo)
- c) “Desbloquear um cartão de crédito exige saber extrair uma raiz quadrada” (4º parágrafo)
- d) “A vida agora é online e cabe no bolso” (4º parágrafo)
- e) “estamos ameaçados de viver até os cem anos” (5º parágrafo)

**04.** Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- a) “Hostil mundo novo” (título) = planeta agressivo
- b) “desplugar tudo da parede” (1º parágrafo) = tirar os fios da tomada
- c) “em idade de não querer aprender mais nada” (3º parágrafo) = na idade próxima dos 100 anos
- d) “mais nobre do que apenas os polegares” (5º parágrafo) = somente os dedos são preciosos
- e) “não somos meia dúzia” (5º parágrafo) = somos maioria

**05.** Marque a alternativa cujos termos sublinhados apresentam a mesma função sintática:

- a) A tecnologia tornou o mundo hostil para os que não conseguem acompanhá-la.
- b) É verdade que ela não pode parar por causa de meia dúzia de macróbios incapazes de se atualizar.
- c) Acontece que, nós, os macróbios, não somos meia dúzia.
- d) Somos milhões e, graças à ciência e a nós mesmos, estamos ameaçados de viver até os cem anos.
- e) Pois, se for para chegar lá, que seja para continuar usando algo mais nobre do que apenas os polegares.

06. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o tema do texto:

- a) Estamos todos na situação que a internet nos comanda e a tecnologia ainda fará que tenhamos mais empenho para decifrá-lo.
- b) Usar a tecnologia hoje em dia é simples e fácil, portanto devemos tomar cuidados com os dados pessoais.
- c) Se o usuário manter os dados com certo sigilo não há possibilidade de perdê-los.
- d) Quem usa a internet com frequência e com o devido zelo com seus dados pessoais, normalmente não encontra problemas em seu uso diário.
- e) A internet é um meio de socialização e de trabalho, por isso muitos usuários se valem desse recurso no seu dia a dia.

07. Abaixo há uma livre interpretação da evolução informacional do texto por meio de períodos curtos. Marque a alternativa que una esses períodos num só com correção gramatical, coesão, clareza e coerência.

Já passamos por algumas dificuldades com o uso da internet.

Nem sempre temos habilidade ou conhecimento técnico para sanar os problemas da internet.

Muitas vezes nossa área de atuação nada tem a ver diretamente com tecnologia.

Entender a internet é importante para interagir com o mundo.

- a) Já passamos por algumas dificuldades com o uso da internet que os problemas dela nem sempre temos habilidade ou conhecimento para saná-las, posto que muitas vezes nossa área de atuação nada tem a ver diretamente com tecnologia, por isso entender a internet é importante para interagir com o mundo.
- b) Já passamos por algumas dificuldades com o uso da internet, pois nem sempre temos habilidade ou conhecimento técnico para sanar-lhe os problemas, uma vez que muitas vezes nossa área de atuação nada tem a ver diretamente com tecnologia; contudo, entender a internet é importante para interagir com o mundo.
- c) Nem sempre temos habilidade ou conhecimento técnico para sanar os problemas da internet, já que já passamos por algumas dificuldades com o uso da internet, que muitas vezes nossa área de atuação nada tem a ver diretamente com ela; conquanto, entender a internet é importante para interagir.
- d) É importante para interagir com o mundo o entendimento da internet, pois já passamos por algumas dificuldades com o uso da internet que os problemas dela nem sempre temos habilidade ou

conhecimento para saná-las, porquanto muitas vezes nossa área de atuação nada têm a ver diretamente com tecnologia.

- e) Uma vez que muitas vezes nossa área de atuação nada tem a ver diretamente com tecnologia já passamos por algumas dificuldades com o uso da internet e nem sempre temos habilidade ou conhecimento técnico para sanar os problemas delas caso entenda a internet ser importante para interagir com o mundo.

08. Há pleno atendimento às normas de concordância verbal na frase:

- a) Ocupa-se de prejudicar empresas e a segurança de dados pessoais os experts em tecnologia da internet, chamados de hackers.
- b) Sabem-se serem os *haters* os grandes vilões na propagação de notícias falsas ou de prejuízo de dados.
- c) A maioria das pessoas no Brasil, mesmo aquelas com alto nível intelectual, não tem cuidado com os dados pessoais na internet.
- d) São nas ações voltadas ao prejuízo de dados de segurança, às informações falsas que os hackers agem na internet.
- e) Convêm aos usuários, os quais se valem da internet todos os dias, empregarem a segurança de dois fatores, a fim de redobram a segurança com os dados pessoais.

09. Há ocorrência de forma verbal na voz passiva e adequada articulação entre os tempos e os modos verbais na frase:

- a) Os usuários da internet serão beneficiados se houvesse mais ações que inibiam notícias falsas ou prejuízo de dados.
- b) Se os usuários priorizassem o uso de dados de forma responsável, certamente haverá mais espaço para segurança das informações.
- c) A conservação de dados não é prioridade entre os usuários não cautelosos, o que seria uma preocupação para empresas de segurança.
- d) Assiste-se a declarações falsas na internet com base em deturpações de afirmações e declarações de autoridades, o que normalmente confunde o público em geral.
- e) Embora se vejam decisões tomadas rapidamente em relação às notícias falsas, pouca ação efetiva é realizada.

10. Está correto o emprego do acento indicativo de crase em:

- a) A internet é um meio viável à quem a utiliza rotineiramente para o trabalho e lazer.
- b) Àquele que emprega dados de segurança no uso da internet os benefícios se voltam.
- c) A empresa de segurança refere-se à dados de controle de uso.
- d) Não há quem deixe de usar à internet por falta de segurança.
- e) Somente àqueles que consideram a internet segura fazem uso rotineiro dela.

11. Marque a alternativa cujo vocábulo sublinhado é empregado com valor catafórico:

- a) “Você já passou por isso.” (1º parágrafo)
- b) “Ligo para o técnico e ele me instrui a ligar e desligar este ou aquele botão da torre” (1º parágrafo)
- c) “Naturalmente, não dá certo.” (1º parágrafo)
- d) “A tecnologia tornou o mundo hostil para os que não conseguem acompanhá-la.” (5º parágrafo)
- e) “É verdade que ela não pode parar por causa de meia dúzia de macróbios incapazes de se atualizar.” (5º parágrafo)

12. Marque a alternativa com tempo verbal sublinhado diferente dos demais

- a) “que ligam e desligam sozinhos” (1º parágrafo)
- b) “Ligo para o técnico e ele me instrui a ligar e desligar este ou aquele botão da torre” (1º parágrafo)
- c) “Naturalmente, não dá certo.” (1º parágrafo)
- d) “Cada vez mais funções dispensam o papel, a ida pessoal ao banco ou a conversa ‘presencial’” (3º parágrafo)
- e) “a tecnologia exige que eu me torne engenheiro eletrônico” (3º parágrafo)

### **RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO**

13. A diferença entre o 17º e o 15º termos da sequência de números naturais (10, 20, 30, 41, 52, 64, 76, 89, ...) é igual a

- a) 32.
- b) 33.
- c) 34.
- d) 35.
- e) 36.

14. Em novembro de 2019, Brunno Lima e outros 36 professores foram a São Paulo participar de uma reunião. Com relação a esse grupo de professores, é correto afirmar que:

- a) somente 5 professores fazem aniversário no mesmo mês.
- b) pelo menos 4 professores fazem aniversário no mesmo mês.
- c) pelo menos dois professores fazem aniversário na mesma data.
- d) pelo menos 5 professores fazem aniversário no mesmo mês.
- e) no máximo 3 professores fazem aniversário no mesmo mês.

15. Com 48 quilogramas de comida guardada, 15 escoteiros podem permanecer isoladas durante 28 dias. Considerando que haja proporcionalidade de consumo, com 60 quilogramas de comida guardada, 35 pessoas podem permanecer isoladas durante um número de dias igual a

- a) 12.
- b) 15.
- c) 21.
- d) 32.
- e) 35.

16. Guilherme Neves fez uma série de deslocamentos em um terreno plano partindo de um ponto A até chegar a um ponto B.

- Avançou 12 metros em linha reta, em uma certa direção.
- Girou 90° para a direita.
- Avançou 12 metros em linha reta.
- Girou 90° para a direita.
- Avançou 15 metros em linha reta.
- Girou 90° para a esquerda.
- Avançou 7 metros em linha reta.
- Girou 90° para a esquerda.
- Avançou 3 metros em linha reta, atingindo o ponto B.

A distância, em metros, entre os pontos A e B é igual a

- a) 22
- b) 19
- c) 17
- d) 10
- e) 5

17. A negação lógica da afirmação “Se resolvo questões, então não erro na prova” é equivalente a
- Se erro na prova, então não resolvo questões.
  - Não resolvo questões ou não erro na prova.
  - Se não resolvo questões, então erro na prova.
  - Não erro na prova e não resolvo questões.
  - Resolvo questões e erro na prova.

18. Considere a seguinte igualdade:

$$\frac{p}{q} = \frac{2}{2 + \frac{2}{3 - \frac{3}{4}}}$$

Sabendo que  $p$  e  $q$  são inteiros primos entre si, qual o valor de  $p + q$ ?

- 68
- 44
- 34
- 22
- 13

#### **DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

19. A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário. Com base na Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) assinale a alternativa que apresenta direitos não extensivos ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal:

- proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público.
- recebimento de restituição de imposto de renda.
- tramitação processual e procedimentos judiciais em que for parte ou interessada, em alguns atos e diligências.
- disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas.

20. O poder público deve assegurar o acesso da pessoa com deficiência à justiça, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Considerando o disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência, assinale a alternativa correta:

- À pessoa com deficiência são garantidos, independentemente de requerimento, adaptações e recursos de tecnologia assistiva.

- A fim de garantir a atuação da pessoa com deficiência em todo o processo judicial, o poder público deve capacitar os membros e os servidores que atuam perante o Poder Judiciário, dispensada a capacitação de membros do Ministério Público, Defensoria Pública, dos órgãos de segurança pública e do sistema penitenciário, cujo treinamento dependerá de norma interna.
- Compete à Defensoria Pública, com exclusividade, tomar as medidas necessárias à garantia dos direitos previstos no Estatuto.
- Devem ser oferecidos todos os recursos de tecnologia assistiva disponíveis para que a pessoa com deficiência tenha garantido o acesso à justiça, sempre que figure em um dos polos da ação ou atue como testemunha, participe da lide posta em juízo, advogado, defensor público, magistrado ou membro do Ministério Público.
- Não constitui crime caso os serviços notariais e de registro neguem seus serviços em razão de deficiência do solicitante. Trata-se de infração administrativa, punível com multa e interdição do estabelecimento.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**21.** Amado Amoroso, servidor efetivo da Secretaria de Fazenda do Estado de Santa Catarina, atualmente com 76 anos de idade, no exercício das atividades do órgão, aplicou penalidade de multa a determinado contribuinte. Nesta situação,

- a) o servidor está em situação irregular porque ultrapassou a idade limite para continuar no cargo, não sendo possível a manutenção dos atos por ele praticados, uma vez que ilegais, por aplicação do princípio da precaução.
- b) o servidor está em situação irregular porque ultrapassou a idade limite para continuar no cargo, não sendo possível a manutenção dos atos por ele praticados, uma vez que não pode ser considerado agente público, aplicando-se o princípio da impessoalidade.
- c) o servidor está em situação irregular porque ultrapassou a idade limite para continuar no cargo, no entanto, mantêm-se os atos por ele praticados, uma vez que, tendo aparência de legalidade, geraram nos destinatários a crença de validade do ato, por aplicação dos princípios da segurança jurídica e proteção à confiança.
- d) o servidor não em situação irregular porque nada o impede de continuar no cargo, sendo os atos por ele praticados plenamente válidos.
- e) o servidor não está em situação irregular porque a idade limite para aposentadoria compulsória no serviço público é de 77 anos de idade, no entanto, o ato é inválido, pois, de acordo com o princípio da eficiência, deve ser praticado por servidores públicos com idade inferior a 50 anos de idade.

**22.** Considere as características a seguir:

- I. produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência (PCD) ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- II. produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para contratação de estagiários e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- III. produzidos em países do Mercosul sob normas técnicas brasileiras.
- IV. produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

De acordo com as disposições da Lei 8.666/1993, com relação à licitação de bens e serviços, são critérios de desempate o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
- b) I, II, III e IV.
- c) I, III e IV.
- d) II e IV.
- e) I e IV.

**23.** Considerando a jurisprudência predominante do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é permitida a delegação a empresas públicas de atos de polícia relativos às seguintes etapas:

- a) consentimento e sanção.
- b) ordem e sanção.
- c) consentimento e fiscalização
- d) ordem e consentimento.
- e) legislação e consentimento.

**24.** A Carta Magna proíbe, em regra, a acumulação remunerada de cargos públicos, a qual

- a) abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista federais, mas não entidades estaduais ou municipais.
- b) estende-se a funções públicas, mas não a empregos.
- c) abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e sociedades controladas pelo poder público, desde que submetidas a controle direto.
- d) abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, e sociedades controladas, mas não as subsidiárias das empresas estatais.
- e) abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

25. No que se refere ao poder conferido à Administração Pública para expedir atos normativos, assinale a alternativa correta:

- a) trata-se de prerrogativa concorrente à do poder legislativo, eis que é fonte primária do direito.
- b) manifesta-se, em regra, por meio de decretos regulamentares, capazes de impor novas obrigações a particulares.
- c) permite a edição de decretos regulamentares, em geral de teor discricionário.
- d) autoriza a expedição de atos com efeitos normativos, embora gerem efeitos estritamente internos à Administração.
- e) podem ser objeto de controle legislativo, autorizando o Senado Federal a sustar os atos normativos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

26. Janeiro Fevereiro de Março, secretário de saúde de determinado município, determinou que o servidor Bispo de Paris, utilizando-se de trator pertencente ao município, realizasse escavação no quintal de sua residência para viabilizar a instalação de um pequeno SPA, durante o horário de expediente. No exercício de suas funções, o secretário de saúde também deixou de prestar contas quanto a verbas públicas recebidas da União. Janeiro Fevereiro de Março, ainda, frustrou a licitude de procedimento licitatório, buscando privilegiar sua prima, Setembrina.

Nesse caso, nos termos da Lei nº 8.429/1992, o Secretário de Saúde praticou atos de improbidade administrativa que:

- a) causa prejuízo ao erário nas duas primeiras situações e atenta contra os princípios da Administração Pública na última situação;
- b) importa enriquecimento ilícito, causa prejuízo ao erário e atenta contra os princípios da Administração Pública, respectivamente;
- c) importa enriquecimento ilícito na primeira situação e atenta contra os princípios da Administração Pública nas duas últimas situações;
- d) causa prejuízo ao erário, importa enriquecimento ilícito e atenta contra os princípios da Administração Pública, respectivamente;
- e) importa enriquecimento ilícito, atenta contra os princípios da Administração Pública e causa prejuízo ao erário, respectivamente.

27. Armando e Arnaldo são servidores do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, sendo que o primeiro atua como pregoeiro e o segundo é a autoridade competente em matéria de licitações e contratos. Durante a condução de determinado certame,

Arminio, que atuava como licitante, interpôs recurso em razão de sua inabilitação, por entender indevida. Nesta situação, é correto afirmar que:

- a) Arnaldo será responsável pela adjudicação do objeto e Armando será responsável pela homologação do certame.
- b) Armando será responsável apenas pela homologação do referido certame.
- c) Armando será responsável pela adjudicação do objeto e Arnaldo será responsável pela homologação do certame.
- d) Arnaldo será responsável pela adjudicação do objeto e pela homologação do certame.
- e) Armando será responsável pela adjudicação do objeto e pela homologação do certame.

28. Acerca do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa que NÃO contempla penalidade disciplinar:

- a) repreensão verbal.
- b) destituição de cargo de confiança.
- c) demissão qualificada.
- d) cassação da disponibilidade.
- e) multa.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

29. Belindo, brasileiro naturalizado, possui 30 anos de idade e exerce o cargo de Procurador da República. Carlindo é brasileiro nato, atualmente conta com 35 anos de idade e encontra-se desempregado, apesar de possuir notável saber jurídico e reputação ilibada. Em relação à possibilidade de ambos virem a integrar o Conselho Nacional de Justiça, desde que atendidos os requisitos fixados pela Constituição, assinale a afirmativa verdadeira:

- a) Belindo poderá integrar o Conselho, em algum momento, mas jamais poderá indicar um membro do Ministério Público para sua composição.
- b) Carlindo, ainda que desempregado, poderá ser indicado para compor o CNJ, sem necessidade de aprovação do Senado Federal.
- c) Belindo poderá integrar o Conselho, mas não poderá presidi-lo e nem exercer a função de Ministro-Corregedor.
- d) Ambos poderão integrar o Conselho, mas Belindo jamais poderá presidi-lo.
- e) Carlindo poderá ser indicado para compor o CNJ, desde que passe a exercer a profissão de advogado.

30. Juliana tem 4 anos de idade e diariamente frequenta a creche do bairro onde reside, durante o período em que sua mãe, Olívia, trabalha. Em um belo dia, Olívia solicita à diretora da instituição que, a partir daquele momento, passasse a providenciar a saída de Juliana meia hora antes do horário habitual, para que ela viesse buscar a filha. A diretora, no entanto, se nega a liberar a saída da criança fora do horário regular, sob o argumento de que tal alteração contrariava as regras de funcionamento da creche. Assim, Olívia comparece ao local no horário que havia solicitado, mas fica impedida de levar Juliana embora. Diante da conduta apresentada pela dirigente da instituição, Olívia:

- a) Poderá impetrar *habeas corpus*, em favor de Juliana, ainda que não disponha de advogado e de recursos financeiros para ingressar em juízo.
- b) Não poderá impetrar *habeas corpus* em favor da filha, já que se trata de ação personalíssima.
- c) Poderá impetrar mandado de segurança, desde que a creche seja mantida pelo poder público.
- d) Poderá impetrar mandado de segurança contra o evidente abuso de autoridade por parte da dirigente da instituição.
- e) Poderá valer-se tanto do mandado de segurança quanto do *habeas corpus*, uma vez que estão presentes a ilegalidade e o abuso de poder, cometidos pela diretora da creche, bem como a restrição ao direito de locomoção.

31. Foi apresentada proposta de Emenda Constitucional por um terço das Assembleias Legislativas dos Estados da Federação, mediante manifestação da maioria relativa dos membros de cada uma delas. Referida proposta, que versava sobre alterações no processo eleitoral, foi aprovada em dois turnos, por dois terços dos membros de cada Casa do Congresso, seguindo para promulgação pelo Presidente da República. Considerando o procedimento constitucional previsto para a espécie legislativa em análise, é correto afirmar que:

- a) A proposta contém vício do ponto de vista material, já que as normas relativas ao processo eleitoral são protegidas pelo manto da cláusula pétrea.
- b) A proposta é incompatível com a Constituição sob o aspecto formal, uma vez que não foi atingido número suficiente de Assembleias Legislativas para a apresentação do projeto.
- c) A proposta não obteve a aprovação de três quintos dos membros de cada Casa, em ambos os turnos, razão pela qual deve ser considerada rejeitada.
- d) Embora não tenha havido irregularidade na sua propositura, a participação do Presidente da República no ato de promulgação é inconstitucional.

e) Houve irregularidade no quórum de aprovação no âmbito das Assembleias Legislativas, que não atingiu a maioria absoluta dos respectivos membros.

32. Rocky nasceu na Suécia no momento em que seus pais, brasileiros natos, lá se encontravam de férias do trabalho. No entanto, acabaram se esquecendo de registrar a criança em repartição competente e retornaram ao Brasil dias depois. Passados 20 anos desde o seu nascimento, Rocky ficou sabendo que, atingida a maioridade, deveria ter feito a opção pela nacionalidade brasileira. Nessa situação, pode-se dizer que:

- a) Independentemente de ter feito ou não a opção confirmativa, Rocky é considerado brasileiro nato e poderá usufruir de todos os direitos inerentes a essa condição.
- b) Rocky apenas será considerado brasileiro nato caso permaneça no Brasil por dez anos ininterruptamente, contados do momento em que atingira a maioridade.
- c) Rocky foi considerado brasileiro nato, para todos os efeitos, até os dezoito anos quando, então, passou a depender da efetivação da opção para usufruir de todos os direitos inerentes à nacionalidade primária.
- d) Caso não formalize a opção pela nacionalidade no prazo legal, Rocky ficará sujeito à perda da nacionalidade brasileira, podendo ser extraditado.
- e) Rocky poderá requerer a nacionalidade secundária imediatamente, uma vez que reside há mais de 15 anos no Brasil.

33. No que diz respeito à estrutura e composição do Tribunal de Contas da União, assinale a opção que apresenta uma proposição verdadeira, conforme o que dispõe a CF/88:

- a) O TCU é integrado por nove ministros, sendo um deles escolhido livremente pelo Presidente da República.
- b) Os Ministros da Corte de Contas deverão ser brasileiros natos maiores de 35 anos.
- c) Um terço dos Ministros serão escolhidos pelo Congresso Nacional.
- d) Os três Ministros escolhidos pelo Presidente da República deverão ser alternadamente escolhidos dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal.
- e) Os seis integrantes escolhidos pelo Presidente da República deverão ser submetidos à aprovação da maioria absoluta do Senado Federal.

**34.** Foi editada lei estadual dispendo sobre produção e consumo, bem como sobre responsabilidade por dano ao consumidor. A partir do estudo dos dispositivos constitucionais pertinentes à repartição de competências entre os entes federados, é possível concluir que a referida norma:

- a) É inconstitucional no ponto em que trata da produção e consumo, já que tal competência é exclusiva da União.
- b) Será compatível com o que determina a Constituição, desde que o Estado tenha sido autorizado a legislar a respeito por meio de lei complementar federal, e somente no que diz respeito às suas particularidades.
- c) Será válida, caso tenha tratado de normas gerais com a finalidade de suprir inércia legislativa da União e, nesse caso, terá aplicabilidade em todo o território nacional, até que venha a ser revogada por eventual norma federal.
- d) Será compatível com o que determina a Constituição, desde que, diante da existência de lei federal estabelecendo normas gerais sobre a matéria, o Estado tenha se limitado a tratar de suas peculiaridades.
- e) É inconstitucional no ponto em que trata da responsabilidade por dano ao consumidor, matéria reservada à competência privativa da União.

**35.** Diante do aumento repentino da demanda por serviços de saúde na rede pública local, ocasionada pela contaminação por uma nova espécie viral, o prefeito de determinado município decide contratar, em caráter emergencial, agentes que atuariam em substituição ao quadro permanente de pessoal nos hospitais municipais. Assim, centenas de pessoas prontamente se ofereceram para prestar os serviços à prefeitura e, após realização de cadastro e inspeção médica, foram finalmente contratados pela Administração. Em consonância com o que estabelece a CF/88, assinale a afirmativa verdadeira:

- a) Os agentes recrutados nessas condições submetem-se ao regime jurídico estatutário e ao Regime Próprio de Previdência.
- b) Em virtude do caráter temporário da prestação dos serviços mencionados, tais agentes deverão ser submetidos ao regime celetista, já que não podem ser enquadrados como servidores efetivos.
- c) A admissão dos agentes temporários, nessa situação, deveria ter sido feita por meio de processo seletivo simplificado.
- d) Não há impedimento à admissão de pessoal sem concurso público em situações dessa natureza, uma vez que se está diante de necessidade de excepcional interesse público.

e) A contratação de agentes temporários para o exercício das funções descritas, ainda que em caráter emergencial e temporário, ofende a Constituição Federal.

**36.** Nos termos da Constituição da República, caso seja apresentada denúncia contra o Presidente da República perante o Supremo Tribunal Federal, em virtude de cometimento de crime comum, o chefe do Poder Executivo:

- a) Estará sujeito ao juízo de admissibilidade da Câmara dos Deputados, devendo a denúncia ser recebida pelo STF ainda que o crime tenha sido praticado antes do exercício do mandato.
- b) Será levado a júri, caso se trate de crime doloso contra a vida, situação em que estará dispensado o juízo de admissibilidade pela Câmara dos Deputados.
- c) Deverá ser processado e julgado pelo STF, independentemente de qualquer juízo de admissibilidade por parte do Poder Legislativo, uma vez que este é exigido apenas nos crimes de responsabilidade.
- d) Estará sujeito ao juízo de admissibilidade da Câmara dos Deputados e, se o crime não tiver sido cometido no exercício de suas atribuições funcionais ou em razão destas, incidirá a relativa e temporária irresponsabilidade penal.
- e) Se, decorrido o prazo de 180 dias sem que o julgamento tenha sido concluído, o Presidente ficará afastado de suas funções.

## DIREITO CIVIL

**37.** A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Contudo, cessará, para os menores, a incapacidade, exceto:

- a) pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, após homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- b) pelo casamento.
- c) pelo exercício de emprego público efetivo.
- d) pela colação de grau em curso de ensino superior.
- e) pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

38. De acordo com o Código Civil, acerca do domicílio, é correto afirmar:

- a) Muda-se o domicílio, transferindo a residência, ainda que não haja intenção manifesta de o mudar.
- b) No ordenamento jurídico atual é inviável a pluralidade de domicílios.
- c) O domicílio do servidor público é onde exercer permanentemente ou temporariamente suas funções.
- d) Se a pessoa jurídica tiver diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.
- e) É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde for encontrada.

39. Márcia comprou um perfume de Marta, ficando ajustado que aquela apenas pagaria a esta quando revendessem o objeto. Neste caso, segundo o Código Civil, trata-se de condição:

- a) suspensiva.
- b) resolutiva.
- c) simplesmente potestativa.
- d) puramente potestativa.
- e) juridicamente impossível.

40. Com relação ao inadimplemento das obrigações, é correto afirmar:

- a) Considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento, sendo incabível a mora do credor.
- b) Se a prestação, devido à mora, se tornar inútil ao credor, este poderá enjeitá-la, sem direito à perdas e danos.
- c) O inadimplemento da obrigação, positiva e ilíquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor.
- d) O devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, embora essa impossibilidade resulte de caso fortuito ou de força maior, se estes ocorrerem durante o atraso; ainda se provar isenção de culpa, ou que o dano sobreviria ainda quando a obrigação fosse oportunamente desempenhada.
- e) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde que o praticou.

41. De acordo com o Código Civil, com relação aos contratos de locação de coisas, se a coisa for alienada durante a locação:

- a) o adquirente ficará obrigado a respeitar o contrato, se nele não for consignada a cláusula da sua vigência no caso de alienação, e não constar de registro.
- b) o adquirente não ficará obrigado a respeitar o contrato, se nele não for consignada a cláusula da sua

vigência no caso de alienação, e não constar de registro.

- c) o adquirente não ficará obrigado a respeitar o contrato, se nele for consignada a cláusula da sua vigência no caso de alienação, e não constar de registro.
- d) o adquirente não ficará obrigado a respeitar o contrato, se nele não for consignada a cláusula da sua vigência no caso de alienação, e constar de registro.
- e) o adquirente ficará obrigado a respeitar o contrato, em qualquer caso.

42. A responsabilidade civil independe da criminal, contudo:

- a) ainda é possível questionar sobre a existência do fato, quando esta questão se achar decidida no juízo criminal.
- b) ainda é possível questionar sobre quem seja o autor do fato, quando esta questão se achar decidida no juízo criminal.
- c) o penalmente inimputável fica isento de responder pelos prejuízos que causar.
- d) quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.
- e) a ocorrência de estado de necessidade obrigatoriamente gera o dever de indenizar.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

43. O Código de Processo Civil aborda o contraditório e a ampla defesa em diversos dispositivos. Sobre os referidos princípios, é correto afirmar:

- a) O juiz não proferirá decisão favorável ou contrária a uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
- b) O juiz poderá deferir qualquer espécie de tutela provisória - de natureza antecipada, cautelar ou de evidência - sem ouvir previamente as partes, caso em que o contraditório será diferido.
- c) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- d) O juiz não poderá decidir contra uma das partes sem ouvi-la previamente quando se tratar de direito evidente do autor em ação monitória.
- e) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar. Tal vedação não se aplica às matérias cognoscíveis de ofício.

**44.** A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação. Considerando o disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente.
- b) A incompetência, absoluta ou relativa, pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício pelo magistrado.
- c) Após a manifestação da parte contrária, o juiz instaurará o incidente de exceção de incompetência e suspenderá o processo até sua decisão.
- d) A competência, absoluta ou relativa, será prorrogada se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.
- e) Não há que se falar em conflito de competência quando entre dois ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.

**45.** O incidente de desconsideração da personalidade jurídica é um importante instrumento processual que permite a responsabilização patrimonial dos sócios por dívida da pessoa jurídica. Sobre o tema, pode-se afirmar que:

- a) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo, e de ofício pelo juiz.
- b) O Código de Processo Civil aborda única e exclusivamente a desconsideração comum da personalidade jurídica.
- c) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica é cabível apenas no processo de conhecimento e no cumprimento de sentença.
- d) O processo sempre será suspenso e decidido por decisão interlocutória.
- e) Acolhido o pedido de desconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será ineficaz em relação ao requerente.

**46.** A Advocacia Pública e a Defensoria Pública possuem regras específicas que regem a atuação no Processo Civil. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Incumbe à Advocacia Pública, na forma da lei, exercer a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, em todos os graus, de forma integral e gratuita.
- b) Os escritórios de prática jurídica das faculdades de Direito reconhecidas na forma da lei e as entidades

que prestam assistência jurídica gratuita em razão de convênios firmados com a Defensoria Pública também gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.

- c) A Defensoria Pública defenderá e promoverá os interesses públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio da representação judicial, em todos os âmbitos federativos, das pessoas jurídicas de direito público que integram a administração direta e indireta.
- d) Tanto a Advocacia Pública quanto a Defensoria Pública sempre gozarão de prazo em dobro para todas as manifestações processuais.
- e) O membro da Advocacia Pública ou da Defensoria Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou culpa no exercício de suas funções.

**47.** O relator desempenha importante papel na condução processual em sede recursal. Considerando o disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta sobre os poderes e atribuições do relator:

- a) O relator dirigirá e ordenará o processo no tribunal, inclusive em relação à produção de prova, bem como, quando for o caso, homologará a autocomposição das partes.
- b) Cabe ao relator decidir o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, quando este for instaurado originariamente perante o tribunal.
- c) Antes de considerar inadmissível o recurso, o relator concederá o prazo de 15 dias ao recorrente para que seja sanado vício ou complementada a documentação exigível.
- d) O relator negará provimento a recurso que for contrário a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal.
- e) O relator dará provimento a recurso se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal.

48. O mandado de segurança é o remédio constitucional cabível para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. Com base na Lei nº 12.016/2009, assinale a alternativa correta:

- a) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- b) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 15 dias, quando notificado judicialmente.
- c) O pedido de mandado de segurança não poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, ainda que a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
- d) O ingresso de litisconsorte ativo poderá ser admitido a qualquer tempo.
- e) Nos casos de competência originária dos tribunais, caberá ao relator a instrução do processo, sendo assegurada a defesa oral na sessão do julgamento do mérito ou do pedido liminar.

### DIREITO PENAL

49. No que tange ao lugar do crime, é correto afirmar que o Código Penal adotou a teoria:

- a) da atividade
- b) do resultado
- c) da ubiquidade
- d) da consumação
- e) da conduta

50. José, renomado cientista, se esqueceu de adotar determinada cautela ao realizar um experimento químico corriqueiro, o que provocou uma pequena explosão, causando lesão corporal em Pedro, seu assistente.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) dolo direto
- b) dolo eventual
- c) culpa, por imprudência
- d) culpa, por negligência
- e) culpa, por imperícia

51. Sobre a ilicitude e suas causas de exclusão, assinale a alternativa correta:

- a) O estado de necessidade pode, como regra, ser invocado por quem tem o dever legal de enfrentar o perigo
- b) A ocorrência do fato típico nada diz a respeito da ilicitude
- c) A legítima defesa de outrem é possível
- d) A obediência hierárquica é causa de exclusão da ilicitude
- e) O estrito cumprimento do dever legal só se aplica aos agentes públicos

52. José entrou clandestinamente em determinado prédio e subtraiu os pertences de alguns moradores. Ao tentar sair sem ser percebido, José foi notado pelo porteiro. Nesse momento, para assegurar a detenção das coisas subtraídas, bem como evitar sua prisão, José agrediu o porteiro com um soco, conseguindo fugir.

Nesse caso, é correto afirmar que José praticou crime de:

- a) furto, apenas
- b) furto e lesão corporal
- c) furto qualificado pela violência
- d) roubo próprio
- e) roubo impróprio

53. José, servidor ocupante de cargo em comissão no TJSC, aceitou promessa de vantagem indevida formulada por determinado advogado, consistente no recebimento de R\$ 5.000,00, a fim de tumultuar o andamento de determinado processo. Todavia, o advogado não cumpriu a promessa e não pagou o valor combinado. José, porém, efetivamente tumultuou o andamento processual.

Nesse caso, é correto afirmar que José e o advogado, respectivamente, deverão responder pelos crimes de:

- a) Corrupção passiva consumada, com aumento de pena de um terço, e corrupção ativa consumada, com aumento de pena
- b) Corrupção passiva consumada, sem aumento de pena, e corrupção ativa tentada
- c) Corrupção passiva tentada e corrupção ativa tentada
- d) Concussão consumada e corrupção ativa consumada
- e) Concussão tentada e corrupção ativa tentada

54. Assinale a alternativa que NÃO apresenta um documento equiparado a documento público para fins penais:

- a) os livros mercantis
- b) o título ao portador ou transmissível por endosso
- c) o testamento particular
- d) as ações de sociedade comercial
- e) o cartão de crédito ou débito

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

55. A ação penal pode ser de iniciativa pública ou privada: está de titularidade do ofendido; aquela, de titularidade do Ministério Público.

Assinale a alternativa que apresenta somente princípios aplicáveis à ação penal de iniciativa privada:

- a) oportunidade, indivisibilidade e disponibilidade
- b) oportunidade, divisibilidade e disponibilidade
- c) oportunidade, indivisibilidade e indisponibilidade
- d) obrigatoriedade, divisibilidade e disponibilidade
- e) obrigatoriedade, indivisibilidade e indisponibilidade

56. José, servidor público do TJSC, foi preso em flagrante pela prática do crime de peculato (pena: reclusão, de 02 a 12 anos e multa). Nesse caso, sendo legal a prisão em flagrante, poderá o Juiz:

- a) relaxar a prisão em flagrante, caso ausentes os requisitos da prisão preventiva
- b) fixar medida cautelar diversa da prisão consistente na suspensão do exercício de função pública, mas não poderá decretar a prisão preventiva
- c) fixar medida cautelar diversa da prisão consistente na suspensão do exercício de função pública, bem como poderá arbitrar fiança, cumulativamente
- d) decretar a prisão preventiva, ainda que sejam suficientes e adequadas as medidas cautelares diversas da prisão
- e) conceder liberdade provisória, sem fiança, por se tratar de crime inafiançável

57. Marcos é réu em determinado processo criminal pela prática do crime de roubo simples (pena: reclusão de 04 a 10 anos e multa). Determinada sua citação, o oficial de justiça certificou que Marcos residia no local, mas estava se ocultando para não receber a citação.

Nesse caso, o Juiz deverá:

- a) determinar a citação de Marcos por hora certa

b) determinar a citação de Marcos por carta com aviso de recebimento

c) Suspender o processo e o curso do prazo prescricional

d) Nomear defensor para o acusado e dar seguimento ao processo

e) determinar a citação de Marcos por edital

58. O Ministério Público ofereceu denúncia em desfavor de José, pela prática do crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa). O Juízo, contudo, rejeitou a denúncia, por ausência de justa causa.

Nesse caso, se quiser impugnar a decisão, deverá o Ministério Público manejar:

a) Mandado de segurança, por não haver recurso cabível

b) Recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias

c) Recurso em sentido estrito, no prazo de 15 dias

d) Apelação, no prazo de 05 dias

e) Apelação, no prazo de 10 dias

59. Maria foi vítima de crime de ação penal pública condicionada à representação, praticado por José. Cinco meses após o fato, Maria ofereceu representação, verbalmente, perante a autoridade policial, autorizando a persecução penal.

Nesse caso, é correto afirmar que:

a) Houve decadência do direito de representação

b) A representação não foi válida, pois prestada perante a autoridade policial

c) A representação não foi válida, pois prestada verbalmente

d) A representação será irretratável após o oferecimento da denúncia

e) A representação será retratável até o recebimento da denúncia

60. Acerca do habeas corpus, é correto afirmar que este remédio constitucional poderá ser impetrado:

a) por qualquer pessoa, física ou jurídica, em seu favor ou de outrem

b) por qualquer pessoa física, apenas

c) por qualquer pessoa física, em seu favor, apenas

d) pelos Juízes e Tribunais

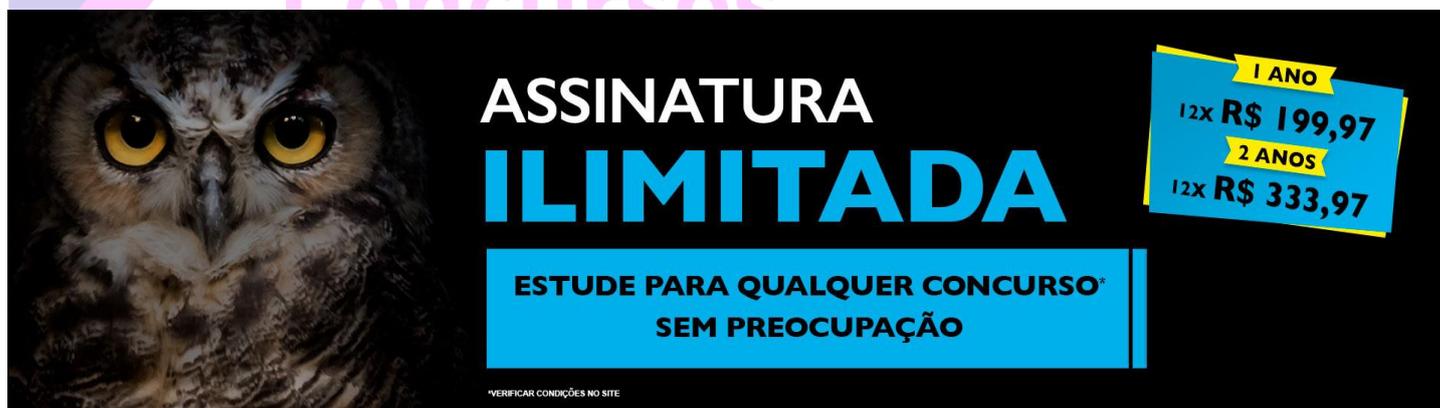
e) pelo Ministério Público

## Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TJ-SC-Técnico-14-03-20>

***Não é assinante?***

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!*



**ASSINATURA  
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO\*  
SEM PREOCUPAÇÃO**

**1 ANO**  
12X R\$ 199,97

**2 ANOS**  
12X R\$ 333,97

\*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE